



PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PUBLICADO

Jornal: DOE

Edição: 343 PG: 102

Data: 30.08.19 a 1 / 1 / 1

08: Elna  
Rúbrica

## LEI Nº 1.483/2019, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ OU LETREIRO NOS POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO COM INFORMAÇÃO RELATIVA AO PERCENTUAL DA DIFERENÇA ENTRE OS PREÇOS DA GASOLINA E DO ETANOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Os postos revendedores de combustíveis estabelecidos no Município de Cantagalo deverão, por meio de cartaz, letreiro ou similar, informar, em local visível para o consumidor, o percentual correspondente à divisão do preço do etanol em relação ao preço da gasolina.

**§ 1º** – O índice será composto pelo cálculo do percentual de um valor em relação a outro, por meio da divisão do valor do etanol pelo valor da gasolina, e o quociente encontrado será multiplicado por 100.

**§ 2º** – O cartaz, letreiro ou similar de que trata o *caput* do artigo deverá ser afixado ou adesivado, com letras e números em tamanho visível ao consumidor.

**§ 3º** – O cartaz ou letreiro deverá conter a seguinte informação: "Neste estabelecimento, o preço do etanol comum corresponde a \_\_\_\_% do preço da gasolina comum".



**PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
CANTAGALO**

**HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**§ 4º** – Ocorrendo alteração de preço do combustível, os postos revendedores de combustíveis deverão corrigir o percentual no mesmo momento.

**Art. 2º** – O descumprimento das normas da presente Lei acarretará em multa estabelecida em 10 (dez) Ufircans, ou outro que venha a substituí-la, sendo, o valor da multa, duplicado a cada reincidência.

**Art. 3º** – Os custos referentes à confecção e instalação do cartaz ou letreiro de que trata o art. 1º ficarão a cargo do estabelecimento revendedor de combustível.

**Art. 4º** – O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de **60 (sessenta) dias** a partir da sua publicação, a fim de garantir sua execução, principalmente no que tange às sanções administrativas estabelecidas pelo município.

**Art. 5º** – Esta Lei entra em vigor **60 (sessenta) dias** após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2019.

**JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA**  
**PREFEITO**

**Autor:** Vereador João Bôsko de Paula Bon Cardoso (citação em atendimento à Lei nº 1.427/2018, de 05/10/2018)